

Nota Técnica

Número 292
6 de abril de 2026

**A guerra no Irã, os efeitos sobre o setor
de óleo e gás e os desafios para a
soberania energética brasileira**

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

A guerra no Irã, os efeitos sobre o setor de óleo e gás e os desafios para a soberania energética brasileira

Introdução

A decisão dos EUA e de Israel de atacar o Irã, grande produtor de petróleo do Oriente Médio, em 28 de fevereiro, deu início a um conflito em uma região muito sensível para a produção de energia no mundo, trazendo muitas instabilidades e incertezas. Para os países dependentes da importação de petróleo, gás natural ou derivados, as consequências são graves e imediatas. Há risco de desabastecimento, disparada dos preços, aumento dos custos e instabilidade no transporte e logística de produtos, entre outros efeitos¹.

Para os países produtores de petróleo, os impactos também são grandes. Primeiro, porque, como integrantes da cadeia global de valor, eles sentem as consequências sobre o ritmo de crescimento do PIB, alterações nas taxas de juros, custo da logística de transporte, entre outros, problemas que afetam os países como um todo. No limite, há impacto inclusive sob a ótica das mudanças climáticas, na medida em que o maior preço dos combustíveis fósseis tende a prolongar o uso desses recursos, ao passo que tornam relativamente menos atrativo o investimento em energias renováveis.

Ademais, sob a ótica das especificidades de países produtores de petróleo como o Brasil, é possível observar tendências diversas, como aumento da demanda externa, devido à restrição do resto do mundo para acessar os produtos que passam pelo estreito de Ormuz, o que, por sua vez, gera pressão de alta para os preços; aumento da arrecadação de royalties ou impostos de exportação, por causa do aumento do preço do petróleo, gás e derivados; alta da rentabilidade de ativos relacionados ao E&P, o que pode dar sobrevida a campos de petróleo mais antigos

¹ Ver em <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=65584>

(e que, portanto, possuem custos maiores e rentabilidade menor), por exemplo; ou mesmo a valorização de empresas produtoras de petróleo, o que pode impactar a bolsa de valores e o câmbio. Por isso, as decisões estratégicas adotadas por esses países em relação à soberania energética ficam evidenciadas e mostram as fragilidades e os riscos ocasionados pela retirada do controle estatal. Nesse sentido, ganha força o debate sobre a necessidade da retomada do controle pelo Estado das decisões que envolvem a produção e distribuição de energia.

O aumento dos preços dos derivados no Brasil, em especial do diesel, nos últimos dias, e os riscos de desabastecimento em algumas regiões do país não são novidades e sofrem influência direta de escolhas políticas adotadas em anos anteriores. Trabalhos técnicos do DIEESE, produzidos em diferentes momentos, já apresentaram e discutiram os riscos de exposição à variação de oferta global e de preços do petróleo por conta de guerras².

Esta Nota Técnica tem o objetivo de contribuir para o debate sobre os efeitos da recente guerra no Irã, para o setor de óleo e gás natural e para a economia brasileira. Nela, serão apresentados o contexto geopolítico de um conflito no Oriente Médio e os efeitos para o setor, a posição do Brasil nesse contexto, os desafios para um país exportador de petróleo e, ao mesmo tempo, importador de diesel, gasolina e fertilizantes. O texto também destaca os efeitos da guerra sobre os preços dos derivados no Brasil, sobre o comportamento de refinarias privadas e da Petrobrás, além de informações sobre os preços nas capitais nacionais. Há possíveis efeitos nocivos para a economia nacional, exatamente quando o Brasil experimentava redução da taxa de inflação e a taxa de juros iniciava redução.

² Ver Nota Técnica nº 194, “A escalada do preço dos combustíveis e as recentes escolhas da política do setor de petróleo”, maio de 2018; Nota Técnica nº 195, “A alta dos preços do gás de cozinha e o impacto para os trabalhadores”, julho de 2018; e Nota Técnica nº 251, “O necessário debate sobre os preços dos combustíveis no Brasil”, em março de 2021.

Por fim, serão apresentadas as principais medidas adotadas até aqui pelo governo federal no sentido de minimizar os problemas e conter os preços do óleo diesel. Serão mostradas ainda as propostas construídas pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) para o país lidar com as adversidades trazidas pela guerra.

Contextualização geopolítica e impactos no mercado global de energia

O início do conflito no Irã, em 28 de fevereiro deste ano, leva o cenário geopolítico internacional a novo patamar de instabilidade, com repercussões diretas sobre o setor de energia, as cadeias logísticas globais e a estabilidade econômica dos países.

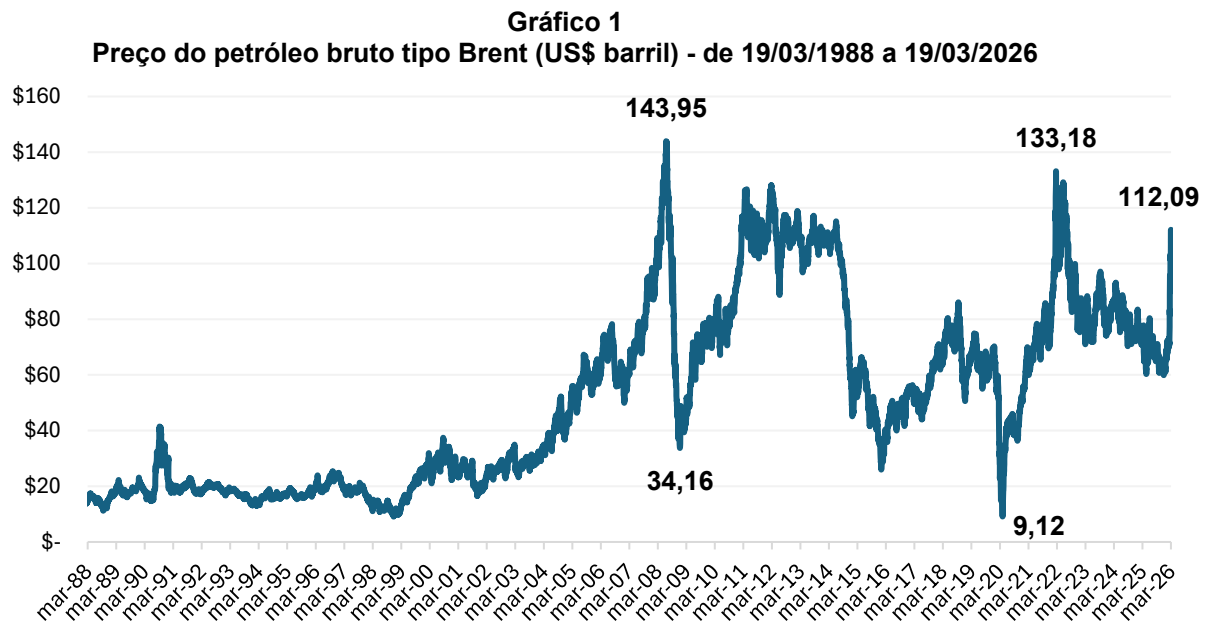
Isso acontece porque o Oriente Médio detém aproximadamente 50% das reservas de petróleo no mundo (cerca de 872 bilhões de barris) e responde por 31% da produção global (quase 30 milhões de barris/dia)³. Boa parte dessa produção era escoada, antes do início da guerra, pelo Estreito de Ormuz, que liga o Golfo Pérsico ao Oceano Índico e aos demais países. Por ali, escoavam cerca de 20% da produção mundial de petróleo, além de outros produtos, principalmente na relação comercial entre a região e a Ásia, em especial com a China. Em 2024, cerca de 20% do comércio global de gás natural liquefeito (GNL) também transitou pelo Estreito, proveniente principalmente do Catar.⁴

³ Segundo informações divulgadas pela Agência Nacional do Petróleo, no Anuário Estatístico da ANP, 2025, com informações da World Energy Review 2025.

⁴ Ver em <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=65584>

A escalada do conflito fez com que o Irã bloqueasse essa rota estratégica, o que traz uma série de implicações estruturais para a economia mundial, como a interrupção do fluxo energético global, elevando os custos de transporte e seguro. Como consequência direta, o aumento do preço do barril de petróleo, combinado com a elevação dos custos de fertilizantes (insumo que depende fortemente de gás natural e derivados), pressionará para cima os preços de alimentos e medicamentos, podendo se espalhar pelo conjunto dos preços e gerar um choque inflacionário de caráter global. Se o conflito perdurar, nova onda de aperto monetário, via elevação dos juros básicos nas economias, pode vir a ocorrer, eventualmente provocando um processo de desaceleração econômica e elevação do desemprego, especialmente em países dependentes da importação de energia.

O principal efeito desse momento de instabilidade está no aumento recente dos preços do barril de petróleo no mercado mundial. Em menos de 20 dias de conflito, o petróleo do tipo Brent passou de US\$60,00/barril para perto dos US\$ 120,00/barril. E, como dito, a depender da duração da guerra, as consequências podem se espalhar para o conjunto das atividades econômicas e dos países.



Fonte: <https://www.eia.gov/dnav/pet/hist/RBRTED.htm>

A posição do Brasil no contexto de crise do petróleo - autossuficiência produtiva versus vulnerabilidade em refino

O Brasil ocupa uma posição singular no cenário energético internacional. Em 2025, a produção nacional de petróleo e gás natural atingiu 4,9 milhões de barris equivalentes por dia (boe/d), 90% produzido pela Petrobrás⁵. O custo médio de produção da Companhia é de US\$ 20,00 por barril, valor que cai para US\$ 7,00 por barril nos campos do pré-sal, o que confere elevada competitividade ao setor produtivo nacional⁶.

Entretanto, a capacidade instalada de refino no país é de cerca de 2 milhões de barris/dia, enquanto o consumo nacional de derivados alcança 2,6 milhões de barris/dia. Como resultado, o Brasil precisa importar derivados e, em especial,

⁵ Segundo informações da ANP, no Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural, dezembro de 2025. Disponível em <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins-anp/boletim-mensal-da-producao-de-petroleo-e-gas-natural>

⁶ Conforme informações divulgadas pela Petrobrás no Relatório de Desempenho da Petrobrás no 4T2025. Disponível em <https://www.investidorpetrobras.com.br/resultados-e-comunicados/central-de-resultados/>

cerca de 25% do diesel consumido internamente, configurando uma vulnerabilidade estrutural em um contexto de crise geopolítica. O país também depende da importação de fertilizantes e, um pouco menos, de gasolina.

Essa fragilidade é decorrente de um processo histórico de desinvestimento e desmobilização do parque de refino nacional, agravado pela interrupção de obras de novas refinarias no contexto da Operação Lava Jato, pela redução de investimentos em refino durante os governos Temer e Bolsonaro e pelo processo de privatização de ativos estratégicos, como a Refinaria Landulpho Alves (RLAM – Mataripe/BA), atualmente operada pela Acelen, a Refinaria Isaac Sabbá (Reman – AM), hoje com o Grupo Atem, e a Refinaria Clara Camarão (RPCC – RN).

Nesse sentido, infelizmente, a soberania energética brasileira enfrenta riscos, em especial com o diesel, principal combustível para a circulação de mercadorias nas rodovias. Mesmo com aumento da produção de petróleo nos últimos anos, passando à condição de grande exportador, o país fica à mercê dos efeitos da atual guerra e da variação dos preços do petróleo e do abastecimento internacional. Por outro lado, no caso do diesel, a Petrobrás, principal importadora do produto, tem diversificado os países de onde traz o produto, com redução da participação dos EUA, após o aumento das tarifas no governo Trump, e ampliado as importações da Rússia.

O caso dos fertilizantes também é preocupante para a economia brasileira. Após decisão do governo Bolsonaro de reduzir investimentos da Petrobrás na construção de uma fábrica de fertilizantes em Mato Grosso e desativar as fábricas de fertilizantes em Sergipe, Bahia, Paraná, o país ficou muito dependente das importações do produto. Segundo informações da Anda (Associação Nacional para Difusão do Adubo), em 2025, o país importou 43 milhões de toneladas para um consumo de 49 milhões de toneladas, o equivalente a 88% do consumo nacional⁷.

⁷ Ver em <https://anda.org.br/recursos/#pesquisa-setorial>

A crise de combustíveis: estrutura de preços, privatizações e pressões de mercado

A crise de combustíveis no Brasil e os riscos para a soberania energética nacional, em momentos de estresse como agora, não podem ser atribuídos exclusivamente ao contexto externo. Ela é igualmente resultado de escolhas de política energética e da lógica de mercado imposta à Petrobrás e ao setor de distribuição em anos anteriores.

A adoção da política de Preço de Paridade de Importação (PPI) pela Petrobrás em outubro de 2016, na gestão Pedro Parente (indicado pelo governo de Michel Temer), consolidada no governo Bolsonaro, passou a vincular os preços internos dos derivados às cotações internacionais e aos custos de importação. Além disso, a privatização de algumas refinarias da Petrobrás e da BR Distribuidora, também no governo Bolsonaro, esvaziaram as possibilidades de atuação do Estado no mercado de distribuição de combustíveis e representou a perda de uma ferramenta importante de minimização dos efeitos de crises como a vivida agora.

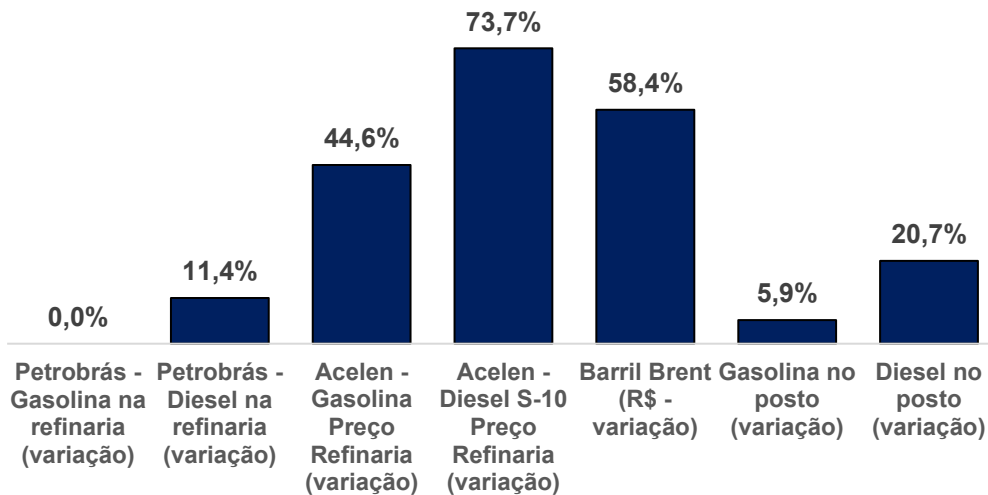
Somam-se a isso as pressões exercidas pelas refinarias privatizadas e pelos importadores de combustíveis para que a Petrobrás acompanhe as variações dos preços internacionais de petróleo. Essa prática transferiu para o consumidor brasileiro a volatilidade dos mercados externos, independentemente dos custos reais de produção no país e da elevada produção local. Mesmo com as mudanças implementadas recentemente pela Petrobrás, para não repassar a variação dos preços internacionais para as refinarias próprias, alguns segmentos com participação na formação do preço do derivado, como os postos privados de revenda de combustíveis, aumentam as margens ou, em alguns casos, até retêm estoques e promovem o boicote na oferta de diesel. Em algumas localidades, já se observam elevação de preços ao consumidor final e desabastecimento do diesel⁸.

⁸ Ver em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2026-03/sobe-para-166-numero-de-cidades-do-sul-que-relatam-escassez-de-diesel>

Além disso, mesmo com os baixos custos de produção, é grande a pressão por parte de acionistas privados e do mercado financeiro para que a Petrobrás promova reajustes de preços nas refinarias, especialmente em momentos de alta internacional. Esse movimento foi observado imediatamente após as recentes medidas adotadas pelo governo federal, que reduziram a carga tributária sobre os combustíveis.

A privatização da BR Distribuidora e a abertura do mercado de distribuição para importadores e operadores privados introduziram novos atores no segmento, cujo objetivo principal é a maximização de resultados financeiros, sem compromisso com a estabilidade do abastecimento nacional. O caso da refinaria Acelen (BA) é emblemático: a unidade privatizada tem promovido reajustes de preços em ritmo superior à média nacional, forçando aumentos nos postos de combustíveis da região Nordeste acima da média verificada em outras localidades. Esse fenômeno evidencia os efeitos perversos da desestatização de ativos estratégicos para a segurança energética.

Gráfico 2
Varição dos preços da gasolina e do diesel nas refinarias da Petrobrás e da Acelen e nos postos de combustíveis e variação do preço do barril tipo Brent em R\$
28/02/2026 a 21/03/2026



Fonte: ANP
 Elaboração: Subseção DIEESE-FUP

Em 21 dias de conflito, entre 28 de fevereiro e 21 de março, a Petrobrás não reajustou os preços da gasolina nas refinarias próprias, mas teve que aumentar em 11,4% o valor do diesel. Enquanto isso, no mesmo período, a Acelen elevou o preço da gasolina em 44,6% e o do diesel em 73,7%. Para o consumidor final, na média nacional, a gasolina já subiu 5,9% e o óleo diesel, 20,7%.

Os dados referentes à semana de 15 a 21 de março, divulgados pela ANP, comparados com a semana anterior, revelam a gravidade do momento. O preço da gasolina ao consumidor final subiu em todas as cidades pesquisadas, principalmente em Vitória (9,7%), Recife (9,6%) e São Luís (8,4%). O óleo diesel também apresentou aumento de valor em todas as capitais, com destaque para Brasília (15,8%), Florianópolis (14,0%) e Natal (12,0%).

Figura 1
Varição do preço da gasolina e do óleo diesel ao consumidor final
na semana de 15 a 21 de março de 2026

Gasolina					Diesel				
Região	Capital	Preço médio R\$/L	Varição Semanal	Varição 12 meses	Região	Capital	Preço médio R\$/L	Varição Semanal	Varição 12 meses
Centro-Oeste	Goiânia	6,25	↑ 2,63%	↓ -1,26%	Centro-Oeste	Brasília	7,68	↑ 15,84%	↑ 18,52%
	Campo Grande	6,19	↑ 2,31%	↑ 4,56%		Goiânia	7,50	↑ 11,28%	↑ 17,74%
	Brasília	6,58	↑ 0,61%	↓ -0,45%		Campo Grande	6,90	↑ 6,32%	↑ 7,31%
	Cuiabá	6,51	↑ 0,31%	↑ 7,43%		Cuiabá	7,21	→ 0,00%	↑ 11,78%
Nordeste	Recife	7,44	↑ 9,57%	↑ 13,59%	Nordeste	Natal	7,47	↑ 11,99%	↑ 14,40%
	São Luís	6,45	↑ 8,40%	↑ 10,45%		Salvador	7,61	↑ 10,29%	↑ 17,62%
	Natal	7,47	↑ 7,17%	↑ 13,35%		João Pessoa	6,74	↑ 8,71%	↑ 7,15%
	Aracaju	7,29	↑ 6,73%	↑ 9,79%		São Luís	6,94	↑ 7,76%	↑ 12,66%
	João Pessoa	6,33	↑ 5,15%	↑ 0,96%		Teresina	7,10	↑ 6,77%	↑ 10,59%
	Salvador	6,99	↑ 5,11%	↑ 8,88%		Fortaleza	6,62	↑ 4,58%	↑ 4,58%
	Teresina	6,62	↑ 5,08%	↑ 10,33%		Recife	6,71	↑ 4,19%	↑ 8,75%
	Maceió	6,58	↑ 2,17%	↑ 7,17%		Aracaju	6,79	↑ 4,14%	↑ 6,26%
Fortaleza	6,51	↑ 0,62%	↑ 7,25%	Maceió	6,51	↑ 1,56%	↑ 5,68%		
Norte	Rio Branco	7,33	-	↓ -4,18%	Norte	Rio Branco	7,79	-	↓ -0,76%
	Boa Vista	7,55	↑ 5,15%	↑ 6,64%		Boa Vista	7,66	↑ 7,74%	↑ 6,54%
	Macapá	6,59	↑ 4,94%	↑ 8,75%		Palmas	7,59	↑ 6,75%	↑ 21,83%
	Belém	6,68	↑ 3,89%	↑ 9,87%		Belém	7,02	↑ 6,20%	↑ 13,04%
	Porto Velho	7,40	↑ 1,93%	↑ 7,09%		Porto Velho	7,09	↑ 4,11%	↑ 2,46%
	Palmas	7,09	↑ 1,00%	↑ 7,59%		Macapá	7,17	↑ 1,99%	↑ 5,91%
	Manaus	7,29	↑ 0,28%	↑ 0,14%		Manaus	7,06	↑ 1,15%	↑ 2,62%
Sudeste	Vitória	6,56	↑ 9,70%	↑ 4,46%	Sudeste	São Paulo	7,42	↑ 9,44%	↑ 14,15%
	São Paulo	6,55	↑ 4,97%	↑ 4,97%		Rio de Janeiro	6,85	↑ 8,04%	↑ 6,70%
	Rio de Janeiro	6,37	↑ 2,74%	↑ 2,91%		Vitória	6,55	↑ 7,03%	↑ 2,02%
	Belo Horizonte	6,36	↑ 0,95%	↑ 4,78%		Belo Horizonte	6,86	↑ 3,94%	↑ 8,20%
Sul	Curitiba	6,93	↑ 1,32%	↓ -0,14%	Sul	Florianópolis	7,32	↑ 14,02%	↑ 7,81%
	Porto Alegre	6,34	↑ 0,79%	↓ -0,94%		Porto Alegre	6,97	↑ 5,61%	↑ 10,63%
	Florianópolis	6,75	↑ 0,15%	↓ -0,15%		Curitiba	7,24	↑ 4,78%	↑ 10,70%

Fonte: ANP. Síntese Semanal de Preços de Combustíveis

A guerra no Irã, os efeitos sobre o setor de óleo e gás e os desafios para a soberania energética brasileira

Desse modo, o fato de o governo não poder influenciar diretamente o preço final ao consumidor, em razão da privatização da BR Distribuidora e do impedimento de se criar nova empresa na área até 2029, somado à guerra no Irã e à incapacidade de abastecimento nacional com a atual planta de refinarias, expõe as fragilidades do país em relação à soberania energética e explicam a alta dos preços dos derivados sentidas pelos brasileiros nesse momento de crise mundial.

Projeções e riscos para a economia brasileira

Embora ainda seja um momento de muitas incertezas em relação à guerra, o conflito no Oriente Médio expõe as vulnerabilidades estruturais do setor de refino nacional e, caso perdure, implica riscos significativos para a economia brasileira, devido à capacidade de refino, principalmente do diesel, e de produção de fertilizantes inferior ao consumo nacional, e à ausência da Petrobrás na distribuição de derivados.

O aumento do preço do diesel, principal insumo logístico, tende a elevar os custos de transporte de cargas e passageiros, repercutindo nos preços de alimentos, bens industriais e serviços, pressionando a inflação no país. Ademais, há aumento dos preços dos insumos para a agricultura, em especial dos fertilizantes, pois o Irã é um grande produtor e o quarto maior exportador de ureia (fertilizante nitrogenado) do mundo. Embora o Brasil dependa de importação da Rússia, maior produtor e exportador de fertilizantes do mundo, há risco de desabastecimento e aumento do preço.

A aceleração da inflação pode retardar o processo de redução da taxa básica de juros a ser implementada pelo Banco Central brasileiro, comprometendo as perspectivas de crescimento econômico e geração empregos.

Em contrapartida, a tributação das exportações de petróleo e o aumento do preço do barril acarretará elevação dos royalties e dividendos da Petrobrás, o que

vai ampliar a arrecadação da União e dos Estados e municípios produtores de petróleo. Isso pode criar espaço fiscal para políticas de mitigação dos impactos sociais do aumento dos preços dos derivados.

As medidas governamentais em curso e os desafios para implementá-las

Diante do agravamento da crise, o governo federal adotou um conjunto de medidas com o objetivo de mitigar os impactos sobre os preços e garantir o abastecimento interno. Destacam-se:

- Decreto de redução tributária nº12.875/2026: zera as alíquotas do PIS/Cofins incidentes sobre o óleo diesel, o que representa redução de R\$ 0,32 por litro e renúncia fiscal em cerca de R\$ 20 bilhões na arrecadação federal;
- Subvenção econômica via Medida Provisória nº 1.340/2026: concede subvenção a produtores e importadores de diesel no valor de R\$ 0,32 por litro e renúncia fiscal em cerca de R\$10 bilhões;
- Tributação de exportações: institui alíquotas de 12% sobre a exportação de petróleo e 50% sobre a exportação de diesel, com o objetivo de ampliar a oferta interna e estimular o refino nacional e impedir que lucros extraordinários decorrentes da guerra sejam apropriados privadamente;
- Transparência ao consumidor pelo Decreto nº12.876/2026: determina sinalização clara nos postos de combustíveis acerca da redução tributária e da subvenção aplicada.

A implementação dessas medidas, contudo, enfrenta resistências estruturais, como as pressões de agentes privados para reajuste de preços nas refinarias, em especial as refinarias privadas e os importadores de derivados. Além disso, o comportamento especulativo de distribuidoras e postos revendedores,

incluindo armazenamento de estoques e repasses não integrais das reduções tributárias, estão sendo percebidos em várias regiões do país.

O governo federal ainda propõe aos governadores a redução do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre o preço da gasolina e do diesel na tentativa de reduzir o custo ao consumidor final. Contudo, o governo encontra resistência de governadores da oposição, que alegam perda de arrecadação, ao mesmo tempo em que criticam o aumento do valor do diesel nos respectivos estados.

A pauta dos petroleiros pela soberania energética nacional

Diante do quadro exposto, a FUP e os sindicatos filiados têm apontado os riscos à soberania energética nacional. Algumas diretrizes estratégicas são apontadas em documentos recentes das entidades sindicais, sempre no sentido da defesa da soberania energética, do fortalecimento da Petrobrás e da proteção dos interesses da sociedade⁹. Em relação aos desafios atuais com a guerra, ao aumento do preço do diesel e ao risco de desabastecimento desse produto, as principais medidas propostas são:

1. **Fim do Preço de Paridade de Importação (PPI):** a precificação dos derivados no mercado interno deve ser dissociada da volatilidade externa e baseada nos custos reais de produção, no interesse do desenvolvimento nacional e da estabilidade de preços;
2. **Ampliação e modernização do parque de refino nacional:** o atual governo e a gestão da Petrobrás vêm retomando os investimentos em ampliação de carga das refinarias, mas ainda é necessário construir/retomar investimentos em novas refinarias, com vistas à autossuficiência em derivados, especialmente o diesel;

⁹ Ver a Pauta Pelo Brasil Soberano divulgada pela FUP. Ver em <https://fup.org.br/wp-content/uploads/2025/10/Pauta-pelo-Brasil-Soberano-Outubro-de-2025.pdf>

3. **Reestatização de ativos estratégicos:** o debate sobre a reestatização das refinarias privatizadas e de outras unidades deve ser aprofundado, considerando a essencialidade desses ativos para a segurança energética e a soberania nacional, com controle estatal;
4. **Fortalecimento do papel da Petrobrás como empresa pública verticalizada:** a petrolífera deve ser preservada como empresa integrada, atuando em toda a cadeia do petróleo e gás, com foco no atendimento ao mercado interno, na geração de emprego e renda e no desenvolvimento tecnológico;
5. **Retomada do controle estatal na distribuição de derivados:** a experiência recente demonstra que a abertura do mercado de distribuição ampliou a volatilidade e a capacidade especulativa sobre os preços, impondo a necessidade de revisão do papel do Estado nesse segmento;
6. **Transparência e controle social sobre a formação de preços:** deve-se exigir mecanismos eficazes de fiscalização para garantir o repasse integral das reduções tributárias e subvenções ao consumidor final, coibindo práticas especulativas e abusivas;
7. **Garantia dos direitos dos trabalhadores:** qualquer processo de reestruturação setorial deve assegurar a estabilidade no emprego, a manutenção dos direitos adquiridos e o respeito aos acordos coletivos de trabalho.

A guerra no Irã expõe, de forma aguda, as vulnerabilidades estruturais do setor de óleo e gás brasileiro, resultantes de um ciclo de desinvestimento, desestatização e submissão da política energética aos interesses do mercado financeiro.

Para a categoria petroleira, organizada na FUP e sindicatos a ela filiados, impõe-se o dever histórico de atuar como protagonista na construção de uma nova

política energética - soberana, democrática e orientada para o desenvolvimento nacional.

A defesa intransigente da Petrobrás, a luta pela ampliação do refino e o enfrentamento às privatizações não são apenas bandeiras corporativas, mas constituem-se em instrumentos essenciais para a garantia do abastecimento popular, a estabilidade econômica e a soberania do Brasil.

Referências bibliográficas

AGÊNCIA BRASIL. **Sobe para 166 número de cidades do Sul que relatam escassez de diesel.** Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2026-03/sobe-para-166-numero-de-cidades-do-sul-que-relatam-escassez-de-diesel>

ANDA (2025). **Principais indicadores do setor de fertilizantes.** Disponível em <https://anda.org.br/recursos/#pesquisa-setorial>

ANP (2025). **Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.** Disponível em <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/anuario-estatistico/anuario-estatistico-brasileiro-do-petroleo-gas-natural-e-biocombustiveis-2025>

ANP (2025). **Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural.** Disponível em <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins-anp/boletim-mensal-da-producao-de-petroleo-e-gas-natural>

ANP (2025). **Síntese Semanal do Comportamento dos Preços dos Combustíveis.** Disponível em <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/sintese-semanal-do-comportamento-dos-precos-dos-combustiveis>

DIEESE (2018). **A escalada do preço dos combustíveis e as recentes escolhas da política do setor petróleo.** Nota Técnica nº 194, maio de 2018. Disponível em <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2018/notaTec194PrecosCombustiveis.html>

DIEESE (2018). **A alta dos preços do gás de cozinha e o impacto para os trabalhadores.** Nota Técnica nº 195, julho de 2018. Disponível em <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2018/notaTec195gas.html>

DIEESE (2021). **“O necessário debate sobre os preços dos combustíveis no Brasil”**, Nota Técnica nº 251, março de 2021. Disponível em <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec251PrecosCombustiveis.html>

EIA. **About one-fifth of global liquefied natural gas trade flows through the Strait of Hormuz.** Disponível em <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=65584>

EIA. **Preço à Vista do Barril Tipo Brent.** Disponível em https://www.eia.gov/dnav/pet/pet_pri_spt_s1_d.htm

FUP (2025). **Pauta Pelo Brasil Soberano.** Disponível em <https://fup.org.br/wp-content/uploads/2025/10/Pauta-pelo-Brasil-Soberano-Outubro-de-2025.pdf>

O Globo. **Fechamento do Estreito de Ormuz piora após EUA atingirem navio de guerra iraniano; petroleiros ficam presos pelo quinto dia seguido.** Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/03/04/fechamento-do-estrito-de-ormuz-piora-apos-eua-atingirem-navio-de-guerra-iraniano-petroleiros-ficam-presos-pelo-quinto-dia-seguido.ghtml>

Petrobrás (2025). **Relatório de Desempenho da Petrobrás no 4T2025.** Disponível em <https://www.investidorPetrobrás.com.br/resultados-e-comunicados/central-de-resultados/>

Escritório Nacional: Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 01209-001 – São Paulo, SP
Telefones: (11) 3874-5366
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente: José Gonzaga da Cruz
Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP
Vice Presidente: Maria Aparecida Faria
Sindicato dos Trabalhadores Públicos de Saúde do Estado de São Paulo – SP
Diretor Executivo: Alex Sandro Ferreira da Silva
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de
Material Elétrico de Osasco e Região – SP
Diretor Executivo: Claudionor Vieira do Nascimento
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – SP
Diretor Executivo: Edenilson Rossato
Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos – SP
Diretor Executivo: Elna Maria de Barros Melo
Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco – PE
Diretor Executivo: Gabriel Cesar Anselmo Soares
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP
Diretor Executivo: José Carlos Santos Oliveira
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de
Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel – SP
Diretora Executiva: Maria Helena de Oliveira
Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e
de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul – RS
Diretora Executiva: Marta Soares dos Santos
Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP
Secretário Nacional: Paulo Roberto Dos Santos Pissinini Junior
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material
Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba – PR
Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa
Sindicato dos Eletricistas da Bahia – BA
Diretora Executiva: Zenaide Honório
Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Direção Técnica

Adriana Marcolino – Diretora Técnica
Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta
Victor Gnecco Pagani – Diretor Adjunto
Eliana Elias – Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

Equipe técnica

Carlos Takashi
Cloviomar Cararine Pereira
Luan Cândido
Paulo Jäger
Ricardo Tamashiro (revisão)